

autoridade ter boas razões para ter suas idéias, razões que em nada dependem da autoridade. Em última análise, o valor evidencial de toda autoridade depende da qualidade da evidência que ela apresenta. É um erro substituir as evidências que um filósofo apresenta por sua autoridade. Por exemplo, considere o seguinte fragmento de ensaio, que contém um uso errôneo da autoridade:

Os universais são objetos gerais que causam a existência de valores individuais. Os universais existem nos objetos ou sem os objetos. Mas como Platão, o maior ou ao menos um dos maiores filósofos de todos os tempos, sustentava que os universais existem sem os objetos isso deve ser verdade e eles não podem existir nos objetos.

Esse fragmento contém um uso errôneo da autoridade, porque a grandeza de Platão como filósofo é irrelevante para a natureza dos universais. Muitos outros filósofos, como Aristóteles, por exemplo, sustentaram que os universais existem nos objetos. E suas crenças são igualmente irrelevantes para a questão. O que é relevante é a argumentação que estabelece ou refuta a concepção de que os universais existem nas coisas. Em manuais de lógica não-formal, um apelo ilegítimo à autoridade é chamado de "a falácia da autoridade".

Há, igualmente, apelos legítimos à autoridade. Não é possível provar tudo num ensaio ou mesmo num livro. Há circunstâncias nas quais o autor precisa ou (1) pressupor algum resultado que outra pessoa (alegadamente) estabeleceu ou (2) usar em seu argumento alguma premissa que ele mesmo não pode provar mas que foi pro-

vada por outra pessoa que o autor pode esperar que o público aceite como autoridade. Eis um exemplo de (1):

Descartes afirma que sua existência decorre de seu pensar. Ele segue a mesma linha geral de argumentação para provar que Deus existe, que ele não é idêntico a seu corpo e muitas outras coisas. Para os propósitos desse ensaio, suponhamos que Descartes esteja certo. Desejo alegar que sua posição pode oferecer uma base racional para o individualismo, bem como para uma forma democrática de governo.

Nesse fragmento, o autor usa a autoridade de Descartes para oferecer a suposição de que precisa para desenvolver o ponto principal de seu ensaio.

No tocante a (2), citar os resultados obtidos por uma autoridade pode poupar o tempo e o esforço necessários ao oferecimento de uma prova que não tenha lugar central no projeto específico do autor. Esse uso da autoridade motivou o uso de expressões do tipo "Como o demonstrou Gödel...", que é simplesmente uma abreviação do argumento em si. Mas ele só tem eficácia se aquilo que a autoridade "demonstrou" for conhecido e aceito pelo público a que se dirige o autor. Referir-se a um argumento obscuro ou que seja objeto de amplas dúvidas é inaceitável. Do mesmo modo, não pense que se referindo aprovativamente ao argumento de um autor você está se eximindo de algum ônus e depositando-o na autoridade a que recorreu. Ao contrário, você está assumindo o ônus da prova desse argumento. Se o argumento da autoridade cotada for defeituoso, seu argumento o será igualmente.